



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Lucas Lima Marinho

Memorial Acadêmico da Formação em Agroecologia
Andanças e Vivências Extensionistas

Recife – PE
2026

Lucas Lima Marinho

Memorial Acadêmico da Formação em Agroecologia

Andanças e Vivências Extensionistas

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Agroecologia

Orientadora: Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Recife – PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE

Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

M337m

Marinho, Lucas Lima.

Memorial acadêmico da formação em agroecologia: andanças e vivências extensionistas / Lucas Lima Marinho. – Recife, 2026. 37 f.

Orientador(a): Horasa Maria Lima da Silva Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Agroecologia. 2. Extensão rural. 3. Educação popular. 4. Território 5. Estudantes universitários Programas de desenvolvimento. I. Andrade, Horasa Maria Lima da Silva, orient. II. Título

CDD 630.2745

Lucas Lima Marinho

Memorial Acadêmico para Conclusão de Curso

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 09 de fevereiro de 2026.

Profª Dra Ana Cláudia de Lima Silva
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Dr José Nunes da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª. Dra. Júlia Figueiredo Benzaquen, Dra
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Me. Elmir Bezerra de Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Bárbara Paes de Lima, professora antes mesmo de se descobrir ou se formar como tal, figura central na minha trajetória de vida e formação, que me orientou tanto na história pessoal quanto nos caminhos acadêmicos já percorridos e nos que ainda virão. A ela, devo quem sou.

Agradeço à minha família pelo apoio constante ao longo desta longa jornada e de tantas outras, por ter sido a corrente forte que manteve o barco firme mesmo em tempos de tempestade.

Aos meus companheiros e companheiras de turma, agradeço pelas partilhas, trocas e vivências que se tornaram partes imateriais desta formação e da minha própria construção enquanto agroecólogo.

Agradeço ao coletivo docente do Bacharelado em Agroecologia, espaço que não foi apenas formativo, mas também casa, abrigo e território de aprendizado crítico.

Agradeço, de modo especial, à professora Horasa Andrade, que desde as primeiras interações demonstrou sensibilidade em orientar seus alunos a reconhecerem e desenvolverem plenamente suas capacidades.

Agradeço ao meu território e ao meu estado, lugares de múltiplas origens e profundas paixões, que moldaram meu olhar e meu compromisso com a Agroecologia.

Por fim, agradeço a todo o corpo profissional que possibilita a permanência e o funcionamento deste espaço formativo que é a Universidade Federal Rural de Pernambuco, garantindo que trajetórias, como a minha, possam se construir.

*“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão,
mediatizados pelo mundo.”*
(Freire, 1987)

RESUMO

Este memorial acadêmico apresenta uma reflexão crítica sobre a trajetória formativa vivenciada ao longo do Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular, na Universidade Federal Rural de Pernambuco. O texto sistematiza os principais deslocamentos, aprendizagens e ressignificações construídos a partir da articulação entre experiências acadêmicas, vivências territoriais, práticas extensionistas e inserções institucionais, evidenciando a formação de uma identidade profissional comprometida com a extensão rural agroecológica. A escrita do memorial assume a sistematização da experiência como método formativo, compreendendo a formação como um processo social, coletivo e territorializado, marcado por conflitos, contradições e escolhas situadas. Ao longo do percurso, a Agroecologia é compreendida para além de uma abordagem técnico-produtiva, afirmando-se como prática social, educativa e política construída na relação direta com os sujeitos do campo, seus saberes, tempos e formas de organização. O regime de alternância entre Vivências Universidade ~~(VU)~~ e Vivências da Realidade do Campo ~~(VRC)~~ é apresentado como eixo estruturante da formação, possibilitando a superação da separação entre teoria e prática e reconhecendo o território como espaço legítimo de produção de conhecimento. As experiências extensionistas, desenvolvidas em diferentes contextos e políticas públicas, revelam tanto o potencial transformador da Agroecologia quanto os limites impostos pela institucionalização da extensão, especialmente diante do descompasso entre os tempos do Estado e os tempos das comunidades. Nesse percurso, consolida-se uma identidade profissional situada no entre-lugar entre comunidades e instituições, orientada pela mediação, pela escuta e pelo compromisso ético-político com o trabalho de base e com a transformação social. Por fim, o memorial reafirma a extensão rural agroecológica como eixo central da formação e da atuação profissional, apontando a continuidade do compromisso com os territórios, com a organização coletiva e com a construção de agroecossistemas socialmente justos e ecologicamente regenerativos.

Palavras-chave: agroecologia; educação popular; extensão rural; ~~educação~~ ~~popular~~; território; ~~formação acadêmica~~.

ABSTRACT

This academic memorial presents a critical reflection on the formative trajectory experienced throughout the Bachelor's Degree in Agroecology with an emphasis on Peasantry and Popular Education at the Federal Rural University of Pernambuco. The text systematizes the main displacements, learnings, and resignifications built through the articulation of academic experiences, territorial practices, extension activities, and institutional insertions, highlighting the construction of a professional identity committed to agroecological rural extension. The memorial adopts the systematization of experience as a formative method, understanding education as a social, collective, and territorially grounded process, marked by conflicts, contradictions, and situated choices. Throughout the trajectory, Agroecology is understood beyond a technical and productive approach, affirming itself as a social, educational, and political practice built in direct relation with rural subjects, their knowledge, temporalities, and forms of organization. The alternation system between University Experiences (VU) and Field Reality Experiences (VRC) is presented as a central axis of the training process, enabling the overcoming of the separation between theory and practice and recognizing the territory as a legitimate space for knowledge production. Extension experiences carried out in different contexts and public policies reveal both the transformative potential of Agroecology and the limits imposed by the institutionalization of extension, particularly due to the mismatch between state timelines and community dynamics. Within this process, a professional identity is consolidated in the in-between space between communities and institutions, guided by mediation, listening, and ethical-political commitment to grassroots work and social transformation. Finally, the memorial reaffirms agroecological rural extension as the central axis of both academic training and professional practice, pointing toward the continuity of commitment to territories, collective organization, and the construction of socially just and ecologically regenerative agroecosystems.

Keywords: agroecology; ~~rural extension~~; popular education; rural extension territory; ~~academic training~~

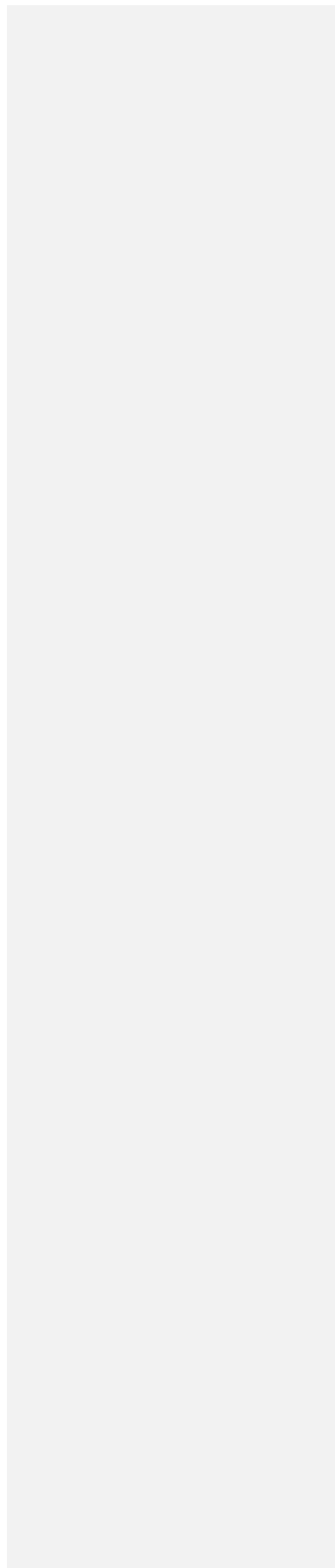
Formatado: Francês (França)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEXT	Bolsa de Extensão
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
MCP	Movimento Camponês Popular
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROFOREXT	Programa de Formação em Extensão
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENASEC	Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
VU	Vivências Universidade
VRC	Vivências da Realidade do Campo

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Território de origem e primeiros deslocamentos formativos	13
1.2 Formação técnica, estranhamentos e permanência na universidade	16
1.3 Objetivos e organização do memorial	19
2 DESENVOLVIMENTO	21
2.1 Primeiros deslocamentos formativos e o surgimento das inquietações	24
2.2 Vivências, políticas públicas e formação no território	25
2.3 Identidade profissional e posicionamento na Agroecologia	28
2.4 A alternância como método formativo e prática extensionista	30
2.5 Entre a prática territorial e a institucionalização da extensão	32
2.6 Estágio Supervisionado Obrigatório como síntese formativa e prática extensionista	35
2.6.1 ESO I: Produção de sementes crioulas e acompanhamento territorial	36
2.6.2 ESO II: Beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes crioulas	39
3 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A - Linha do Tempo Acadêmica – Bacharelado em Agroecologia (UFRPE)	47
2021	47
2021.2	47
2022 – 1º Período	47
2022 – 2º Período	47
2023 – 3º Período	48
2023.1 – 4º Período	48
2024 – 5º Período	48
2024 – 6º Período	49
2025 – 7º Período	49
2025 – 8º Período	49
2025.1	50
2025–2026	50
Março de 2026	



1 INTRODUÇÃO

Este memorial acadêmico apresenta uma reflexão crítica sobre a trajetória formativa vivenciada ao longo do Bacharelado em Agroecologia, com ênfase em Campesinato e Educação Popular, evidenciando os caminhos, deslocamentos e aprendizados que contribuíram para a construção de uma identidade profissional comprometida com a extensão rural agroecológica. Mais do que um registro cronológico de experiências, o memorial se configura como um exercício de sistematização da formação, articulando vivências acadêmicas, práticas extensionistas, inserções institucionais e experiências territoriais.

A formação em Agroecologia, conforme vivenciada ao longo do curso, revelou-se como um processo não linear, atravessado por conflitos, contradições e ressignificações. Desde os primeiros contatos com o campo agroecológico, ainda na formação técnica, até a atuação em projetos de extensão e políticas públicas, tornou-se evidente que o desenvolvimento rural não se sustenta apenas na dimensão produtiva. A trajetória demonstrou que a transformação dos territórios passa, necessariamente, pela organização social, pela mediação política e pela construção coletiva do conhecimento.

Nesse percurso, a extensão rural assumiu papel central enquanto eixo formativo. A partir do regime de alternância entre Vivências Universidade (VU) e Vivências da Realidade do Campo (VRC), a formação rompeu com a separação entre teoria e prática, permitindo que o território se tornasse espaço legítimo de produção de conhecimento. A extensão deixou de ser compreendida como mera transferência de técnicas, passando a ser reconhecida como prática educativa, dialógica e política, fundamentada na educação popular (FREIRE, 1987).

Ao longo da graduação, consolidou-se uma compreensão da Agroecologia como um campo que articula dimensões científicas, sociais e políticas, integrando produção, organização coletiva e transformação dos territórios (ALTIERI, 2012; SEVILLA GUZMÁN, 2013). A vivência em ações extensionistas, programas governamentais e processos formativos evidenciou tanto o potencial transformador das políticas públicas quanto seus limites, especialmente diante das tensões entre os tempos institucionais e as dinâmicas das comunidades rurais. Esse tensionamento foi formativo e contribuiu para a construção de uma postura crítica diante da institucionalização da Agroecologia.

Dessa forma, este memorial orienta-se pela perspectiva do extensionista agroecólogo de base, educador popular e mediador, cuja atuação se constrói entre o chão do campo e as estruturas institucionais. A narrativa busca evidenciar como a formação acadêmica, articulada às vivências territoriais, possibilitou a construção de um posicionamento profissional comprometo-

tido com os sujeitos do campo, com a democratização do acesso às políticas públicas e com a transformação dos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural.

Ao me referir como agroecólogo de base, educador popular e mediador, reafirmo uma concepção de Agroecologia que ultrapassa sua dimensão estritamente técnica ou produtiva, compreendendo-a como campo científico, prático e político. Nos debates contemporâneos, destaca-se a necessidade de reconhecer agricultores e agricultoras familiares, povos tradicionais, comunidades quilombolas, indígenas e demais sujeitos do campo como protagonistas na construção do conhecimento agroecológico. Essa perspectiva valoriza os saberes historicamente construídos nos territórios e compreende que os processos de transição agroecológica se realizam a partir do diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Nesse sentido, ser agroecólogo de base implica atuar de forma comprometida com os territórios e com as realidades concretas vividas pelas comunidades rurais. No meu caso, essa compreensão está diretamente relacionada à minha trajetória enquanto sujeito oriundo da Zona da Mata pernambucana e filho de assentado da reforma agrária. Vivenciar o cotidiano das famílias agricultoras, marcado por desafios estruturais e por profundas capacidades de resistência e organização, contribuiu para que eu compreendesse a Agroecologia não apenas como campo de estudo, mas como projeto de sociedade. Assim, minha atuação busca fortalecer processos de autonomia, organização comunitária e valorização dos modos de vida camponeses.

A atuação extensionista, nesse contexto, assume papel estratégico. De acordo com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a extensão deve ser orientada por metodologias participativas, valorização dos saberes locais e construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva rompe com o modelo difusionista tradicional, no qual o técnico ocupa o lugar de detentor do saber e os agricultores são reduzidos a receptores de tecnologias. Nessa abordagem, a extensão assume caráter educativo e emancipador, contribuindo para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos do campo e para a construção de sistemas produtivos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis.

Nesse processo, o papel do extensionista aproxima-se do educador popular, inspirado em princípios pedagógicos que reconhecem a educação como prática de diálogo. A atuação junto às comunidades exige sensibilidade para compreender os contextos sociais, culturais e produtivos dos territórios, bem como capacidade de mediação entre diferentes saberes, interesses institucionais e demandas locais. Assim, o extensionista agroecológico atua não apenas na dimensão técnica, mas também na facilitação de processos organizativos, no acesso às políticas públicas e no fortalecimento das iniciativas territoriais.

Essa compreensão dialoga diretamente com os princípios formativos do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agroecologia, que propõe a formação de profissionais capazes de integrar conhecimentos científicos e saberes populares, atuando de forma crítica, ética e comprometida com a transformação das realidades sociais e ambientais dos territórios rurais.

Por fim, a organização deste memorial segue uma estrutura que dialoga com os diferentes momentos da minha trajetória formativa, abordando experiências acadêmicas, extensionistas e profissionais que marcaram esse percurso. A conclusão apresenta uma síntese crítica dos aprendizados construídos, bem como as perspectivas que orientam a continuidade da minha atuação profissional e política no campo da Agroecologia.

1.1 TERRITÓRIO DE ORIGEM E PRIMEIROS DESLOCAMENTOS FORMATIVOS

Minha trajetória formativa está profundamente vinculada ao Assentamento Ximenes, localizado no município de Barreiros, na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Minha trajetória formativa está profundamente vinculada ao Assentamento Ximenes, DIGA ONDE FICA/ EM QUE REGIÃO???, território que se constituiu como um espaço permanente de aprendizagem para além das instituições formais de ensino. Foi nesse contexto que tive meus primeiros contatos com a diversidade de realidades sociais, culturais e produtivas do meio rural, bem como com as contradições de um modelo de desenvolvimento que convive, simultaneamente, com a riqueza ambiental e com a vulnerabilidade social. As vivências no assentamento possibilitaram uma compreensão inicial da realidade do campo, ainda marcada por uma leitura predominantemente técnico-produtivista, que, ao longo da formação, passou a ser tensionada e posteriormente ressignificada.

Essa leitura técnico-produtivista esteve diretamente relacionada ao processo de formação realizado no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE – Campus Barreiros), onde cursei o ensino médio integrado ao curso técnico em Agropecuária. Nesse contexto formativo, a abordagem predominante das práticas agrícolas estava fortemente orientada pela dimensão produtiva, pela eficiência técnica e pela lógica de aumento da produtividade, frequentemente associada ao uso de insumos externos, à racionalização dos sistemas produtivos e à adoção de tecnologias consideradas modernas para a agricultura. Ainda que essa formação tenha sido fundamental para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos importantes, como manejo de culturas, zootecnia, mecanização agrícola e gestão da produção, muitas das discussões esta-

vam centradas na dimensão técnico-operacional da produção, com menor ênfase nas dimensões sociais, territoriais e políticas que estruturam a realidade do campo.

Nesse sentido, a realidade do assentamento era inicialmente interpretada a partir de categorias como produtividade, eficiência produtiva e capacidade de inserção nos mercados. Questões como organização comunitária, identidade campesina, processos históricos de luta pela terra e as desigualdades estruturais que atravessam o meio rural apareciam de forma menos evidente na leitura inicial que eu fazia do território. A própria diversidade de práticas agrícolas presentes nos assentamentos, muitas delas baseadas em conhecimentos tradicionais, na diversificação produtiva e em formas de manejo adaptadas às condições locais, nem sempre era reconhecida como expressão de saberes legítimos, sendo por vezes interpretada apenas como resultado da ausência de assistência técnica ou de acesso a tecnologias consideradas mais modernas.

Com o avanço do processo formativo, especialmente a partir do ingresso na universidade e no Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular, [na UFRPE](#), essas interpretações passaram a ser gradualmente tensionadas. O contato com novas abordagens teóricas, aliado às experiências formativas baseadas na imersão territorial, no diálogo com comunidades rurais e na reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento agrícola dominante, contribuiu para deslocar a forma como eu compreendia a realidade do campo. Nesse período, questões anteriormente naturalizadas começaram a ser problematizadas, sobretudo a partir do reconhecimento de que muitas das dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais não estavam relacionadas apenas à dimensão técnica da produção, mas a processos históricos de concentração fundiária, exclusão social e desigualdade no acesso a políticas públicas.

Esse processo de tensionamento foi intensificado especialmente nas atividades de vivência e nas experiências extensionistas desenvolvidas ao longo do curso, nas quais foi possível observar que a realidade rural não pode ser reduzida a uma dimensão produtiva. Ao contrário, o território passou a ser compreendido como um espaço complexo, onde se articulam relações sociais, identidades culturais, disputas políticas e formas diversas de produção de conhecimento. Nesse sentido, a noção de território deixou de ser compreendida apenas como espaço físico de produção agrícola e passou a ser reconhecida como espaço de vida, de construção coletiva de saberes e de disputas por projetos de desenvolvimento (SANTOS, 2006; HAESBAERT, 2014).

A partir desse deslocamento teórico e vivencial, a compreensão sobre o próprio assentamento também foi resignificada. Aquilo que antes era observado principalmente a partir de

indicadores produtivos passou a ser reconhecido como expressão de um processo histórico de organização social, de luta pela terra e de construção de estratégias coletivas de reprodução da vida no campo. As práticas produtivas locais passaram a ser interpretadas não apenas como respostas técnicas às condições ambientais, mas como parte de um conjunto mais amplo de saberes territoriais, construídos ao longo da experiência histórica das famílias camponesas.

Assim, o percurso formativo permitiu compreender que a Agroecologia não se limita a um conjunto de técnicas agrícolas alternativas, mas se constitui como um campo de conhecimento que integra dimensões ecológicas, sociais, culturais e políticas na análise e na construção de sistemas agrícolas sustentáveis. Essa mudança de perspectiva contribuiu para deslocar meu próprio lugar de atuação, aproximando a formação técnica anteriormente adquirida de uma abordagem mais crítica e territorializada da realidade rural.

A compreensão sobre o papel do extensionista rural também se apoia nos debates contemporâneos acerca da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNA-TER), instituída pela Lei nº 12.188/2010. A política estabelece a extensão rural como um processo de educação não formal, de caráter continuado, orientado à promoção do desenvolvimento rural sustentável e à construção coletiva do conhecimento junto aos agricultores familiares. Nesse sentido, a atuação extensionista ultrapassa a mera assistência técnica voltada à transferência de tecnologias, assumindo um caráter educativo, participativo e mediador entre diferentes saberes e atores sociais do território. Entretanto, estudos recentes apontam que, apesar do avanço conceitual presente na PNATER, ainda persiste uma forte presença de práticas difusionistas no cotidiano das instituições de ATER, nas quais a intervenção técnica se concentra mais na orientação produtiva do que na construção participativa de processos de desenvolvimento rural (SOUSA; PÔRTO JÚNIOR, 2022). Tal contradição evidencia os desafios enfrentados pelos extensionistas na implementação efetiva de metodologias participativas e dialógicas, conforme preconizado pela política.

Nessa perspectiva, autores como Caporal (1998; 2009) defendem que a extensão rural orientada pela Agroecologia deve assumir uma dimensão educativa e emancipadora, inspirada em princípios da pedagogia freiriana. O extensionista deixa de ser apenas um difusor de tecnologias e passa a atuar como mediador de processos de aprendizagem coletiva, facilitador de diálogos entre saberes científicos e conhecimentos tradicionais e animador de processos de organização social nos territórios rurais. Essa concepção exige um novo perfil profissional, capaz de integrar dimensões técnicas, sociais, políticas e pedagógicas no trabalho junto às comunidades rurais.

[HA1] Comentário: Colocar lá nas referências

A partir dessas vivências, compreendo-me não apenas como estudante em formação, mas como um sujeito oriundo do campo, cuja identidade formativa é atravessada pelas dimensões geopolíticas que historicamente delimitam as relações entre campo e cidade, bem como pelas fronteiras simbólicas e materiais que se estabelecem entre esses espaços. Essa condição não se restringe ao território de origem, mas se projeta nos diferentes ambientes formativos e institucionais pelos quais transitei, influenciando minha forma de interpretar o mundo, a educação e o papel da Agroecologia enquanto proposta de transformação social. Ainda que não nomeadas naquele momento, essas experiências iniciais já se configuravam como práticas de escuta, mediação e aprendizagem coletiva, que mais tarde seriam reconhecidas e aprofundadas no campo da extensão rural agroecológica.

No decorrer da trajetória universitária, reconheço-me ainda inserido na mesma luta que marcou minha primeira formação no IFPE: a luta pela permanência e pelo reconhecimento do meu lugar dentro das instituições de ensino. O acesso à universidade, para sujeitos oriundos do campo, não se encerra no ingresso formal, mas se configura como um processo contínuo de afirmação, resistência e construção de pertencimento (ARROYO, 2014; CALDART, 2012).

Em constante aprendizado, percebo que, a cada retorno ao meu território, novos pontos de vista se revelam, ampliando minhas compreensões sobre as dinâmicas sociais, produtivas e educativas que o atravessam. Esse movimento permanente de ida e retorno entre território e universidade, central na proposta formativa do Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular, tem possibilitado a ampliação do meu olhar para além dos limites geográficos do lugar de origem, reafirmando a compreensão de que é a partir de onde viemos que construímos os olhos com os quais enxergamos o mundo e nos posicionamos enquanto sujeitos em formação.

1.2 FORMAÇÃO TÉCNICA, ESTRANHAMENTOS E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Durante meu percurso no ensino médio integrado, no qual realizei a formação técnica em Agropecuária, o interesse pela Agroecologia já se fazia presente. Esse interesse estava diretamente relacionado aos saberes construídos no cotidiano familiar e comunitário, especialmente às práticas produtivas desenvolvidas no território. Nesse período, a Agroecologia era por mim compreendida de forma predominantemente produtivista, associada à maneira como nos relacionávamos com a terra e com as plantas a partir de uma perspectiva considerada mais

humana, sensível e sustentável, sobretudo em contraposição aos modelos convencionais de produção agrícola.

Essa compreensão inicial orientava minhas expectativas em relação à formação superior. Ao ter o primeiro contato com o Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular, emergiu um sentimento inicial de estranhamento, posteriormente reconhecido como uma falsa decepção. Tal percepção estava associada ao fato de que o curso dedicava parte significativa de sua proposta formativa à discussão de questões sociais, políticas e culturais, o que contrastava, naquele momento, com a expectativa de uma formação voltada prioritariamente para o desenvolvimento de técnicas produtivas consideradas inovadoras ou “revolucionárias”.

A expectativa de acessar novos métodos de cultivo, estratégias avançadas de recuperação de solos e práticas de reflorestamento altamente eficientes foi, aos poucos, sendo tensionada pela vivência concreta do curso. O que encontrei, ainda que permeado por novas aprendizagens técnicas, foi um profundo diálogo com os conhecimentos tradicionais, com a soberania alimentar e com a valorização das culturas campesinas. Esse processo possibilitou reconhecer que, mesmo diante do avanço tecnológico no meio agrário, os saberes ancestrais permanecem centrais para a construção de sistemas produtivos sustentáveis, territorialmente enraizados e socialmente justos.

Essa mudança de perspectiva constituiu um momento central no meu processo formativo, ao ampliar o entendimento da Agroecologia para além de uma abordagem estritamente técnica. A formação passou a ser compreendida como um processo que articula produção, cultura, identidade, território e relações sociais, deslocando o foco exclusivo da técnica para uma compreensão mais ampla e complexa dos etnoagroecossistemas e das dinâmicas que os atravessam. Esse deslocamento abriu espaço para reconhecer a importância dos processos educativos, do diálogo e da mediação de saberes como dimensões estruturantes da prática agroecológica.

Paralelamente a esse processo de ressignificação, a permanência na universidade se configurou como um desafio constante. A busca por trabalho, bolsas e outras formas de complementação de renda tornou-se uma estratégia fundamental para evitar a possibilidade de desistência. Entre entrevistas, experiências temporárias e ocupações diversas, algumas bem-sucedidas, outras frustrantes ou marcadas por situações constrangedoras, a permanência foi sendo construída de forma instável, exigindo constante adaptação e resistência. Ainda assim, foi possível permanecer na universidade sem vivenciar, de forma direta, a insegurança alimentar e material, condição determinante para a continuidade da trajetória acadêmica.

Apesar das pressões e dificuldades, o sentimento de pertencimento ao espaço universitário esteve sempre presente. Reconhecia-me nas discussões, nas problematizações e até nos conflitos, compreendendo aquele espaço como o lugar onde desejava estar. Distante de qualquer romantização da precariedade, a pressão cotidiana, por vezes, funcionava como um elemento mobilizador, reforçando a sensação de presença, compromisso e responsabilidade com a formação escolhida.

No campo pedagógico, a permanência também se apresentou como um desafio. A escrita acadêmica, frequentemente compreendida como uma tarefa simples, revelou-se um exercício complexo, exigindo a articulação entre pensamento crítico, estudo sistemático, posicionamento político e os materiais didáticos trabalhados ao longo do curso. Construir ideias fundamentadas, dialogando com autores, experiências e conteúdos, demandou um processo contínuo de aprendizagem, marcado por tentativas, erros e amadurecimento intelectual.

Nesse percurso, as diversas experiências proporcionadas pelo curso, como as imersões, as trocas de saberes, as vivências coletivas, as amizades construídas e os momentos de celebração e convivência, desempenharam papel fundamental na ampliação do olhar e no fortalecimento da permanência. O Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular possibilitou reconhecer a dimensão plural do universo agroecológico, promovendo o contato com diferentes culturas, territórios e formas de organização social, ao mesmo tempo em que reforçou a importância do diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos na construção de uma formação crítica, comprometida com a transformação social.

Essa compreensão dialoga com autores que concebem a Agroecologia como um campo científico, prático e político, cuja construção envolve múltiplas dimensões do desenvolvimento rural. [Para Miguel Altieri, a Agroecologia constitui uma abordagem que integra princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, valorizando simultaneamente os conhecimentos tradicionais construídos pelas comunidades rurais. De maneira complementar, Stephen R. Gliessman \(2015\) destaca que a transição agroecológica envolve não apenas mudanças técnicas nos sistemas produtivos, mas também transformações sociais, culturais e econômicas nos sistemas alimentares. No contexto brasileiro, José Antonio Costabeber e Francisco Roberto Caporal \(2004\) apontam](#) ~~Para Miguel Altieri, a Agroecologia constitui uma abordagem que integra princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, valorizando simultaneamente os conhecimentos tradicionais construídos pelas comunidades rurais. De maneira complementar, Stephen R. Gliessman (ANO???) destaca que a transição agroecológica envolve não apenas mudanças técnicas nos sistemas produtivos, mas também transformações soci-~~

[HA2] Comentário: Ano?

ais, culturais e econômicas nos sistemas alimentares. No contexto brasileiro, Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber (ANO) apontam que a Agroecologia deve ser compreendida como uma proposta de desenvolvimento rural sustentável que articula dimensões ecológicas, socioeconômicas e culturais, orientando processos participativos de construção do conhecimento e valorização dos saberes locais.

[HA3] Comentário: Veja se estes autores estão citados nas referências e faça isso em todo o texto

1.3 OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DO MEMORIAL

Este memorial acadêmico tem como objetivo refletir criticamente sobre a minha trajetória formativa no Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular, articulando experiências pessoais, vivências territoriais e processos de formação acadêmica. Ao longo do texto, busco compreender como minha identidade, forjada no campo e atravessada por desigualdades sociais historicamente construídas, foi sendo tensionada, ressignificada e fortalecida no decorrer da formação universitária, reconhecendo a Agroecologia não apenas como um campo científico, mas como um projeto ético-político comprometido com a transformação das realidades rurais e com a valorização dos sujeitos do campo.

O memorial parte do reconhecimento de que a formação não ocorre de maneira linear ou individualizada, mas se constrói a partir de relações sociais, disputas, conflitos e escolhas situadas em contextos concretos de vida. Nesse sentido, a escrita assume como eixo analítico a compreensão da formação enquanto processo social, coletivo e territorializado, considerando o território, o campesinato, a educação popular e a permanência estudantil como dimensões indissociáveis desse percurso. Ao adotar esse olhar, o texto evidencia que a experiência universitária é atravessada por condições materiais, simbólicas e pedagógicas que influenciam diretamente a possibilidade de permanecer, aprender e se reconhecer enquanto sujeito em formação.

Ao longo da trajetória apresentada, consolida-se como eixo temático central a construção de uma identidade como extensionista agroecólogo de base, que atua na mediação entre comunidades, saberes e políticas públicas. Esse eixo emerge das vivências no território de origem, das experiências extensionistas, da inserção em programas institucionais e da reflexão crítica sobre os limites e as contradições da Agroecologia quando atravessada pelos tempos e pelas estruturas do Estado. A Extensão Rural, compreendida a partir dos princípios da educação popular e da Agroecologia, constitui-se, assim, como fio condutor da formação,

orientando a leitura das experiências, dos deslocamentos e das escolhas profissionais ao longo do curso.

A proposta deste memorial não se limita, portanto, ao relato cronológico de acontecimentos, mas se orienta pela problematização crítica dos desafios, das tensões, das expectativas e dos aprendizados que marcaram a trajetória formativa. A escrita busca dar visibilidade às relações entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, entre campo e cidade, entre técnica e dimensão social, evidenciando como esses elementos se articulam na construção de uma formação agroecológica comprometida com a justiça social e com os territórios onde a vida acontece.

No que se refere à organização, o memorial está estruturado em três partes principais. A introdução apresenta a identidade formativa, o território de origem e o percurso educacional, situando o leitor no contexto social, político e territorial que atravessa a trajetória. O desenvolvimento aprofunda a análise da linha do tempo formativa e das principais temáticas que emergiram ao longo do curso, dialogando com experiências de ensino, extensão, imersões, atuação institucional e práticas territoriais que contribuíram para a construção de um olhar crítico e extensionista ao longo da formação. Por fim, a conclusão reúne as principais sínteses do percurso, explicitando os aprendizados construídos, as transformações vivenciadas e as perspectivas de atuação futura no campo da Agroecologia, em diálogo com os territórios, com os compromissos assumidos e com os desafios que permanecem em aberto.

Ao assumir a escrita do memorial como parte do próprio processo formativo, este trabalho afirma a importância da memória, da experiência e da reflexão crítica como ferramentas pedagógicas fundamentais na formação de agroecólogas e agroecólogos comprometidos com a extensão rural, com a transformação social e com a construção de outros modos de viver, produzir e aprender no campo.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste memorial tem como eixo estruturante a extensão rural agroecológica, entendida não apenas como componente curricular ou dimensão da formação universitária, mas como prática educativa, política e territorial que atravessou de forma decisiva minha trajetória no Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular. Compreendida como processo dialógico de construção coletiva do conhecimento, fundamentado nos princípios da agroecologia e da educação popular, a extensão se materializou como espaço de encontro entre universidade e território.

Nesse sentido, a literatura sobre extensão rural aponta que as abordagens orientadas pela agroecologia representam um avanço significativo em relação aos modelos convencionais de assistência técnica e extensão rural. Durante grande parte do século XX, a extensão rural esteve associada a uma perspectiva difusionista de transferência de tecnologias, na qual técnicos eram responsáveis por levar aos agricultores os pacotes tecnológicos desenvolvidos pelas instituições de pesquisa, especialmente no contexto da modernização agrícola. Nesse modelo, o conhecimento científico ocupava posição central, enquanto os saberes locais eram frequentemente desconsiderados ou tratados como obstáculos ao desenvolvimento (CAPO-RAL; COSTABEBER, 2004).

A extensão rural agroecológica, por sua vez, propõe uma ruptura com essa lógica vertical de difusão tecnológica ao reconhecer os agricultores e agricultoras como sujeitos ativos

na produção de conhecimento e na construção de soluções para seus próprios territórios. Nessa perspectiva, a prática extensionista passa a ser compreendida como um processo educativo e participativo, baseado no diálogo de saberes, na experimentação coletiva e na valorização das experiências locais (ALTIERI, 2012). Essa concepção dialoga diretamente com a perspectiva da educação popular, na qual o processo de construção do conhecimento ocorre a partir da realidade vivida pelos sujeitos, em um movimento de troca e reflexão crítica sobre o mundo. Como aponta ~~Paulo~~ Freire (1987ANO??), o conhecimento se constrói no diálogo entre sujeitos históricos que, ao refletirem sobre suas próprias experiências, tornam-se capazes de transformar a realidade em que vivem.

Ao longo do curso, foi por meio das vivências extensionistas, formais e informais, institucionais e comunitárias, que se consolidaram os principais aprendizados, deslocamentos teóricos e práticos e ressignificações que marcaram meu processo formativo. A formação em Agroecologia, conforme vivenciada, não se deu de forma linear nem restrita ao espaço da universidade. Ela se construiu no movimento constante entre território e instituição, entre o chão do campo e os espaços acadêmicos, entre o saber técnico e a escuta das comunidades.

Nesse percurso, a extensão rural emergiu como prática central de mediação: mediação entre conhecimentos acadêmicos e saberes populares, entre políticas públicas e realidades territoriais, entre demandas concretas das comunidades e os limites institucionais do Estado. Nesse contexto, o papel do extensionista passa a ser compreendido como o de mediador social, responsável por facilitar processos de diálogo, articulação e construção coletiva do conhecimento entre diferentes atores sociais. Para ~~Francisco Roberto~~ Caporal e ~~José Antônio~~ Costa-beber (2004ANO??), a extensão rural orientada pela agroecologia exige profissionais capazes de atuar como facilitadores de processos participativos, estimulando o intercâmbio de experiências, a valorização dos saberes locais e a construção coletiva de alternativas produtivas e organizativas nos territórios.

Inicialmente, essa dimensão extensionista não se apresentava de forma consciente ou nomeada. As primeiras inquietações surgiram a partir das dificuldades de reconhecer um lugar socio-profissional na Agroecologia e de compreender, na prática, qual seria o papel do agroecólogo nos territórios. O “estalo”, nesse processo, ocorreu sobretudo quando as experiências formativas passaram a colocar-me em contato direto com diferentes realidades rurais, suas culturas, formas de organização social e estratégias coletivas de enfrentamento dos desafios cotidianos da produção e da vida no campo.

Ao percorrer diferentes territórios por meio das atividades formativas e extensionistas do curso, tornou-se possível observar como cada comunidade mobiliza seus próprios recursos,

saberes e estratégias para lidar com as limitações impostas pelas condições estruturais do meio rural. Em muitos desses contextos, a presença de políticas públicas, programas de assistência técnica e iniciativas institucionais contribuía para estruturar parte das dinâmicas produtivas e organizativas das comunidades.

Entretanto, uma compreensão mais profunda dessa realidade emergiu quando, após transitar por diferentes territórios, retornei ao meu próprio território de origem. Nesse momento, tornou-se possível reconhecer com maior clareza a potência organizativa presente no assentamento, construída a partir da mobilização coletiva das famílias, mesmo diante da ausência ou fragilidade de políticas públicas, infraestrutura e apoio governamental que, em outros contextos visitados, se mostravam mais presentes. Esse contraste revelou que a força dos processos agroecológicos não se encontra apenas na presença de tecnologias ou programas institucionais, mas sobretudo na capacidade de organização social, cooperação e mobilização comunitária que se constrói nos territórios.

Essa percepção dialoga com a compreensão da Agroecologia como processo social e político, para além de um conjunto de técnicas produtivas. Para Miguel Altieri (2012), a Agroecologia se fortalece quando articulada às estratégias de autonomia e organização dos agricultores, valorizando os conhecimentos locais e as práticas construídas historicamente nos territórios. De forma complementar, Enrique Leff (2001) destaca que a construção de alternativas socioambientais exige reconhecer os territórios como espaços de produção de saberes, identidades e práticas de resistência frente às racionalidades dominantes do desenvolvimento. ~~Para Miguel Altieri (ANO???)~~, a Agroecologia se fortalece quando articulada às estratégias de autonomia e organização dos agricultores, valorizando os conhecimentos locais e as práticas construídas historicamente nos territórios. ~~De forma complementar, Enrique Leff (ANO???)~~ destaca que a construção de alternativas socioambientais exige reconhecer os territórios como espaços de produção de saberes, identidades e práticas de resistência frente às racionalidades dominantes do desenvolvimento.

Nesse sentido, as imersões territoriais, especialmente as VRCs (Vivências da Realidade do Campo), desempenharam papel fundamental nesse processo de formação. Essas experiências consistem na inserção direta dos estudantes no cotidiano das comunidades rurais, permitindo acompanhar práticas produtivas, processos organizativos e dinâmicas socioculturais locais. Foi nesses momentos que a dimensão extensionista da Agroecologia passou a fazer sentido de maneira mais concreta, revelando a potência das trocas de saberes e da construção coletiva de soluções situadas.

[HA4] Comentário: Estão aparecendo esses autores nas referências???

Assim, as vivências no território contribuíram para consolidar uma compreensão do fazer profissional agroecológico como prática construída na relação direta com os sujeitos do campo, baseada no diálogo, na cooperação e no aprendizado mútuo. Mais do que um campo técnico-científico, a Agroecologia passou a ser compreendida como prática social e educativa construída no encontro entre universidade, comunidades e territórios.

Dessa forma, o presente capítulo organiza a trajetória formativa a partir das experiências que contribuíram para a construção de uma identidade profissional como extensionista agroecólogo de base e mediador, evidenciando como a extensão rural se constituiu como espaço privilegiado de aprendizagem, conflito, amadurecimento e compromisso com os territórios. As seções que seguem abordam desde os primeiros deslocamentos e perguntas formativas, passando pelas vivências extensionistas e institucionais, até a consolidação de uma atuação situada entre comunidades e políticas públicas.

Ao assumir a extensão rural como eixo do desenvolvimento, este memorial busca explicitar que a Agroecologia, mais do que um campo técnico-científico, se materializa como prática social e educativa construída na relação direta com os sujeitos do campo, com seus tempos, saberes e lutas. É nesse processo que a formação se torna, simultaneamente, acadêmica, política e territorializada.

2.1 PRIMEIROS DESLOCAMENTOS FORMATIVOS E O SURGIMENTO DAS INQUIETAÇÕES

A entrada no Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular representou um deslocamento significativo em relação às expectativas construídas durante a formação técnica em Agropecuária. Se, naquele momento inicial, a Agroecologia era compreendida predominantemente a partir de uma lógica produtiva, orientada pela melhoria dos sistemas de cultivo, pela sustentabilidade ambiental e pela eficiência do manejo, o contato com a proposta pedagógica do curso passou a tensionar essa compreensão de forma progressiva.

As primeiras disciplinas, imersões e vivências territoriais evidenciaram que a produção agroecológica não se sustenta de maneira isolada, dissociada das relações sociais, culturais e políticas que atravessam os territórios rurais. Nesse processo, começaram a emergir inquietações que não encontravam respostas apenas na técnica: como dialogar com as comunidades de forma horizontal? Como construir processos coletivos em contextos marcados por conflitos, desigualdades e fragilidades organizativas? Qual o papel do conhecimento acadêmico diante dos saberes locais historicamente produzidos no campo? E,

sobretudo, onde eu me localizava enquanto sujeito oriundo de um assentamento, agora em trânsito pela universidade?

Essas perguntas marcaram um momento formativo decisivo. Ainda sem nomear a extensão rural como eixo central da formação, tornava-se cada vez mais evidente que a Agroecologia que fazia sentido para minha trajetória exigia mediação, escuta e construção coletiva. O incômodo com uma formação centrada exclusivamente na técnica produtiva abriu espaço para a compreensão de que produzir, por si só, não garante transformação social, nem fortalecimento das comunidades rurais.

Paralelamente, a dificuldade de reconhecer um lugar ~~socio-~~profissionalsocioprofissional na Agroecologia acadêmica intensificava essas inquietações. As perguntas sobre onde atuar, com quem dialogar e de que forma contribuir para além do território de origem passaram a orientar a busca por experiências que extrapolassem os limites da sala de aula. Esse movimento inicial, marcado mais por dúvidas do que por respostas, constituiu a base sobre a qual as experiências extensionistas posteriores se desenvolveriam.

Assim, este momento da trajetória pode ser compreendido como o início da formação extensionista, ainda que de maneira não nomeada. Foi a partir desses deslocamentos, estranhamentos e questionamentos que a extensão rural agroecológica começou a se desenhar como prática educativa e política central na minha formação, preparando o terreno para as vivências extensionistas e institucionais que se consolidariam ao longo do curso.

2.2 VIVÊNCIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO NO TERRITÓRIO

À medida que as inquietações formativas apresentadas no tópico anterior se aprofundavam, as experiências extensionistas passaram a ocupar um lugar cada vez mais central no meu processo de formação. Foi no contato direto com os territórios, com as comunidades e com as contradições concretas da realidade rural que a extensão rural agroecológica deixou de ser apenas um conceito trabalhado em sala de aula e passou a se constituir como prática formativa fundamental. Esse deslocamento marcou um momento importante da trajetória formativa, no qual os debates teóricos desenvolvidos na universidade passaram a dialogar mais diretamente com as realidades vividas pelas comunidades rurais.

O primeiro contato mais direto com a extensão rural ocorreu por meio da atuação como Agente Local de Formação no Programa de Formação em Extensão (PROFOREXT), desenvolvido no município de Barreiros. A inserção no programa foi viabilizada a partir da articulação entre a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do

Estado de Pernambuco (FETAPE)(SIGLA???) e a comunidade local do Assentamento Ximenes-de-XXX, da qual faço parte. Após a divulgação do processo seletivo junto à associação do assentamento XXXX, foi realizada uma votação interna entre os moradores, na qual fui escolhido para assumir a função de Agente Local de Formação, representando a comunidade nas atividades do programa.

Essa experiência representou o primeiro contato com a extensão rural institucionalizada e com os desafios de atuar a partir de um programa público no território. Ao longo desse processo, tornou-se evidente que a atuação extensionista exige a mediação constante entre saberes, sujeitos e instituições, além da capacidade de compreender as dinâmicas sociais e organizativas presentes nas comunidades. Nesse contexto, também se revelou o descompasso frequente entre os tempos institucionais das políticas públicas e os tempos necessários para a construção de vínculos, participação e confiança no território, aspecto amplamente discutido nos estudos sobre desenvolvimento rural e políticas públicas no campo (SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2014). Foi nesse cenário que a extensão rural agroecológica começou a deixar de ser compreendida apenas como um campo conceitual discutido no ambiente acadêmico e passou a se configurar como uma dimensão concreta da atuação profissional.

Na sequência, a atuação como bolsista de extensão no projeto “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade” (BEXT 2023), vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, possibilitou uma ampliação do entendimento sobre a extensão universitária. Essa experiência favoreceu o contato com práticas de organização coletiva, economia popular e solidária, circuitos curtos de comercialização e feiras agroecológicas, reforçando o papel da extensão como ponte entre universidade e território.

Durante três meses, atuei diretamente no apoio à Ecofeira da Rural, feira agroecológica realizada no campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, acompanhando sua organização, logística, articulação com agricultores e gestão coletiva do espaço. Essa vivência prática permitiu compreender, de forma concreta, os desafios e potencialidades da comercialização solidária, desde a montagem das bancas até o diálogo com consumidores e a mediação entre produção e escoamento. Para além do ambiente universitário, a experiência possibilitou também o contato com outras feiras e organizações coletivas, ampliando a compreensão sobre diferentes formas de organização, autogestão e articulação territorial. Esse deslocamento para além do contexto institucional da própria universidade contribuiu para perceber a extensão como prática que circula entre múltiplos espaços, conectando sujeitos, saberes e iniciativas que constroem, no cotidiano, alternativas econômicas e políticas no campo agroecológico.

Posteriormente, a experiência como Agente de Cultura Viva, desenvolvida no âmbito do Pontão de Cultura e Memória Rural, vinculado ao Ministério da Cultura, e acessada por meio de uma seleção pública de abrangência nacional que selecionou 20 jovens em todo o país, contribuiu para ampliar ainda mais o campo de atuação extensionista. A articulação entre audiovisual, cultura e Agroecologia evidenciou como os modos de vida do campo, muitas vezes percebidos como simples ou cotidianos pelos próprios sujeitos do território, são atravessados por uma riqueza simbólica e cultural que costuma ser invisibilizada. Essa vivência reforçou a compreensão de que não existe Agroecologia dissociada da cultura, da memória e das formas de narrar a própria realidade.

~~Posteriormente, a experiência como Agente de Cultura Viva, desenvolvida no âmbito do Pontão de Cultura e Memória Rural, vinculado ao Ministério da Cultura, e acessada por meio de uma seleção pública de abrangência nacional que selecionou 20 jovens em todo o país, contribuiu para ampliar ainda mais o campo de atuação extensionista. A articulação entre audiovisual, cultura e Agroecologia evidenciou como os modos de vida do campo, muitas vezes percebidos como simples ou cotidianos pelos próprios sujeitos do território, são atravessados por uma riqueza simbólica e cultural que costuma ser invisibilizada. Essa vivência reforçou a compreensão de que não existe Agroecologia dissociada da cultura, da memória e das formas de narrar a própria realidade.~~

Nessa atuação, desenvolvi a produção de vídeos com eixos temáticos voltados à cultura campesina, à cultura popular e às atividades tradicionais presentes em minha comunidade e em outros territórios de Pernambuco. Entre os registros realizados estiveram experiências como o Museu do Mamulengo, as celebrações da Festa de Reis do povo PovoXukuru e a produção de materiais autobiográficos que buscavam valorizar trajetórias individuais e coletivas. O audiovisual, nesse contexto, tornou-se ferramenta de extensão e mediação cultural, contribuindo para dar visibilidade a práticas, saberes e expressões que compõem a base simbólica da vida camponesa e fortalecem sua identidade territorial.

O percurso extensionista seguiu com a atuação junto à Organização da Sociedade Civil CrerSer, instituição criada em 1987 no município de Pesqueira, inicialmente voltada ao apoio e ao fortalecimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ao longo de sua trajetória, a organização ampliou suas áreas de atuação, passando a desenvolver projetos voltados ao desenvolvimento rural, à Agroecologia e ao fortalecimento das comunidades do campo.

Em 2025, a instituição passou a executar o projeto **Sementes da Gente**, desenvolvido em comunidades da zona rural do município de Jucati, no agreste meridional de Pernambuco. O projeto foi viabilizado por meio de emenda parlamentar do deputado Doriel Barros e estru-

turado com foco no fortalecimento da produção de sementes crioulas de feijão, associando processos de assistência técnica, formação comunitária e compra pública de sementes por meio do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Nesse contexto, atuei e continuo atuando nas etapas do projeto relacionadas aos momentos formativos denominados Encontros de Socialização e Organização (ESO 1 e ESO 2), que correspondem às fases iniciais de mobilização comunitária e estruturação das atividades junto às famílias agricultoras. No ESO 1, minha atuação está voltada principalmente ao acompanhamento das atividades relacionadas à produção de sementes crioulas de feijão, dialogando com agricultores e agricultoras sobre práticas de manejo, organização produtiva e fortalecimento dos sistemas agrícolas locais. Já no ESO 2, a atuação se concentra nas etapas posteriores da cadeia produtiva, especialmente nos processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização das sementes, incluindo as discussões sobre organização comunitária e estratégias de inserção nos mecanismos de compra pública.

Essa experiência tem contribuído para aprofundar a compreensão sobre a importância das sementes crioulas para a soberania alimentar, a conservação da agrobiodiversidade e o fortalecimento da autonomia produtiva das comunidades camponesas. Ao acompanhar desde os processos de produção até as etapas de armazenamento e comercialização, tornou-se ainda mais evidente que a semente não representa apenas um insumo produtivo, mas um patrimônio genético, cultural e político, guardado e multiplicado pelas famílias agricultoras como expressão concreta de sua soberania.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública do Governo Federal criada em 2003, no contexto das estratégias de combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar. O programa tem como objetivo promover o acesso à alimentação e incentivar a produção da agricultura familiar por meio da compra direta de alimentos produzidos por agricultores e agricultoras familiares, sem necessidade de licitação. Esses alimentos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de instituições como escolas, hospitais e equipamentos públicos de assistência social. A operacionalização do PAA envolve diferentes instituições públicas, entre elas a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), responsável por executar políticas relacionadas ao abastecimento, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas. No contexto da vivência relatada, também houve parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), instituição pública de referência nacional em ciência, tecnologia e inovação em saúde, que atua em pesquisas, formação e ações voltadas à promoção da saúde coletiva,

Formatado: Fonte: Não Negrito

Formatado: Fonte: Não Negrito

Formatado: Fonte: Não Negrito

incluindo iniciativas relacionadas à segurança alimentar, nutrição e sistemas alimentares saudáveis.

De modo geral, essas vivências extensionistas revelaram que a formação em Agroecologia se constrói no enfrentamento das contradições do território, na escuta atenta das comunidades e na mediação entre saberes, políticas públicas e realidades locais. Foi nesse percurso que a extensão rural se consolidou como eixo formativo central, permitindo a construção de uma identidade profissional orientada pelo compromisso com o trabalho de base, com a organização coletiva e com a transformação social a partir do território.

2.3 IDENTIDADE PROFISSIONAL E POSICIONAMENTO NA AGROECOLOGIA

As experiências vividas ao longo da trajetória formativa contribuíram para a construção gradual de uma identidade profissional marcada pela mediação, pelo diálogo e pela atuação situada nos territórios. Esse processo não se deu de forma imediata ou planejada, mas foi sendo construído a partir do acúmulo de vivências, erros, limites e aprendizados que atravessaram a formação em Agroecologia.

No início do curso, a compreensão sobre o papel profissional do agroecólogo ainda estava fortemente associada à produção e à viabilidade econômica dos agroecossistemas. Acreditava que produzir bem, utilizando os recursos disponíveis no território e garantindo uma rentabilidade minimamente justa, seria o principal caminho para o fortalecimento das comunidades rurais. Essa leitura, embora legítima, mostrava-se insuficiente diante da complexidade social, política e organizativa observada nos territórios.

À medida que as experiências extensionistas se aprofundavam, tornou-se evidente que a produção, isoladamente, não sustenta processos de desenvolvimento rural. A fragilidade organizativa, os conflitos internos, a ausência de articulação coletiva e a dificuldade de acesso às políticas públicas revelaram que os entraves enfrentados pelas comunidades ultrapassam a dimensão técnica. Nesse contexto, a atuação profissional passou a ser compreendida como um trabalho de mediação entre sujeitos, saberes, instituições e políticas públicas, o que implica reconhecer que o extensionista não atua apenas como transmissor de técnicas produtivas, mas como articulador de relações sociais, intérprete das normativas institucionais e facilitador de processos coletivos.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Freire (1987), que destaca a centralidade do diálogo e da construção coletiva do conhecimento nos processos educativos. No campo da extensão rural agroecológica, Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que a atuação

extensionista deve se fundamentar em práticas participativas, capazes de valorizar os saberes locais e fortalecer a autonomia dos agricultores e agricultoras.

Essa mediação exige a capacidade de traduzir linguagens, negociar interesses, construir consensos possíveis e tensionar limites impostos por dispositivos burocráticos, buscando alinhar as demandas territoriais às oportunidades e restrições das políticas públicas. Trata-se, portanto, de uma prática que envolve dimensões políticas, pedagógicas e organizativas, inseridas nas disputas concretas que estruturam o território.

Essa mediação se constrói em um espaço de tensão permanente. Por um lado, a proximidade com as comunidades, com seus tempos, urgências e formas próprias de organização; por outro, a inserção em estruturas institucionais marcadas por normas, burocracias e procedimentos que nem sempre dialogam com a realidade do campo. Como destacam Sabourin (2009) e Wanderley (2014), os processos de desenvolvimento rural envolvem múltiplas racionalidades sociais e institucionais que frequentemente entram em tensão quando as políticas públicas são implementadas nos territórios.

Estar nesse lugar exigiu o desenvolvimento de uma postura crítica, ética e reflexiva, capaz de reconhecer os limites da institucionalização sem perder o compromisso com as comunidades. Ao longo desse percurso, a identidade profissional deixou de ser pensada a partir de uma função fixa ou de um campo de atuação previamente definido. Ela passou a se constituir como uma prática em movimento, orientada pela escuta, pela tradução de demandas e pela construção de pontes entre diferentes racionalidades.

Esse processo também dialoga com a perspectiva da Agroecologia enquanto campo científico, prática social e movimento político. Nessa perspectiva, a Agroecologia ultrapassa a dimensão técnico-produtiva, envolvendo transformações sociais mais amplas relacionadas à autonomia camponesa, à soberania alimentar e à construção de modelos alternativos de desenvolvimento rural (Sevilla Guzmán, 2001).

Assim, a identidade profissional construída ao longo da formação não se reduz à execução de atividades técnicas ou projetos específicos. Ela se afirma como uma atuação comprometida com o trabalho de base, com a formação social e política das comunidades e com a mediação entre políticas públicas e realidades territoriais. Essa posição, embora atravessada por contradições, constitui um lugar formativo potente, no qual a Agroecologia se concretiza como prática educativa, social e política.

Esse processo de construção identitária reafirma que a formação em Agroecologia não se encerra na universidade, mas se projeta para além dela, exigindo posicionamento, respon-

sabilidade e compromisso contínuo com os sujeitos do campo e com a transformação das estruturas que historicamente produzem desigualdades no meio rural.

Essa dupla inserção, entre a burocracia institucional e o chão do campo, tem moldado minha identidade profissional de forma crítica e consciente. Reconheço que a Agroecologia que me constitui não se limita à técnica produtiva, mas se enraíza nas dimensões sociais, culturais e políticas da vida no campo. Minha atuação busca, portanto, contribuir para a construção de pontes entre Estado e comunidades, entre políticas públicas e organização social, entre produção e cultura, reafirmando a Agroecologia como prática de resistência, formação e transformação social.

2.4 A ALTERNÂNCIA COMO MÉTODO FORMATIVO E PRÁTICA EXTENSIONISTA

O regime de alternância entre Vivências Universidade (VU) e Vivências da Realidade do Campo (VRC) constituiu um dos principais pilares da formação. As Vivências Universidade correspondem aos períodos de estudo concentrados no espaço acadêmico, dedicados ao aprofundamento teórico, à sistematização de experiências e ao planejamento das ações formativas. Já as Vivências da Realidade do Campo referem-se aos momentos de inserção nos territórios, quando ocorre o acompanhamento das dinâmicas sociais, produtivas e organizativas, articulando pesquisa, extensão e participação comunitária. A alternância, nesse sentido, configura-se como uma metodologia formativa baseada no movimento contínuo entre universidade e território, integrando tempos e espaços educativos distintos.

Essa dinâmica se aproxima da chamada Pedagogia da Alternância, metodologia formativa originada nas experiências das Escolas Famílias Agrícolas na Europa e posteriormente apropriada por diferentes iniciativas de educação do campo na América Latina. Nessa perspectiva, a formação ocorre a partir da articulação entre tempos de estudo e tempos de vivência no território, permitindo que o processo educativo se construa a partir do diálogo permanente entre conhecimento científico e saberes produzidos na realidade social (GIMONET, 2007; MOLINA; SÁ, 2012).

Mais do que uma organização didático-pedagógica, a alternância se apresentou como um método formativo que possibilitou a construção de uma prática extensionista situada, fundamentada na escuta, na observação e no diálogo com os territórios. Ao articular Vivências Universidade e Vivências da Realidade do Campo, rompe com a separação entre teoria e prática, reconhecendo o território como espaço legítimo de produção de conhecimento (MOLINA; SÁ, 2012).

Ao romper com a separação tradicional entre teoria e prática, a alternância permitiu que os conteúdos trabalhados na universidade fossem constantemente tensionados pela realidade concreta das comunidades rurais e urbanas. Cada retorno ao território não se configurava apenas como aplicação de conhecimentos, mas como um exercício de leitura crítica das dinâmicas sociais, produtivas, organizativas e políticas que atravessam os agroecossistemas. Esse movimento contribuiu para compreender que a extensão rural não se reduz à transferência de técnicas, mas se constrói como processo educativo e relacional.

Nesse sentido, a pedagogia da alternância dialoga com os princípios da Educação do Campo, que defendem processos formativos vinculados às realidades sociais, culturais e produtivas dos territórios rurais. Conforme destaca Caldart (2012), a formação voltada aos sujeitos do campo deve reconhecer os territórios como espaços de produção de conhecimento e valorizar as experiências sociais vividas pelas comunidades como parte constitutiva do processo educativo.

Nesse contexto, as disciplinas voltadas à extensão rural tiveram papel fundamental na consolidação desse entendimento. As contribuições dos professores Oscar Mosquera e Horasa Andrade possibilitaram o contato com diferentes concepções de extensão, destacando seus fundamentos históricos, políticos e pedagógicos. A extensão passou a ser compreendida como prática social que exige preparo metodológico, sensibilidade às realidades locais e compromisso ético com os sujeitos do território, deslocando definitivamente a ideia de uma atuação neutra ou meramente técnica.

As Vivências da Realidade do Campo evidenciaram, de forma recorrente, que cada território possui tempos próprios, conflitos específicos e formas singulares de organização. Esse aprendizado foi central para o amadurecimento da postura extensionista, ao demonstrar que a atuação no campo exige adaptação constante às dinâmicas locais, sensibilidade para compreender ritmos comunitários e flexibilidade diante de imprevistos políticos e organizativos. Exige, igualmente, capacidade de mediação, entendida como a habilidade de dialogar com diferentes sujeitos sociais, negociar interesses, interpretar normativas institucionais e construir caminhos possíveis em contextos marcados por tensões e assimetrias.

Além disso, requer disposição efetiva para aprender com as comunidades, reconhecendo os saberes locais como conhecimentos legítimos e fundamentais para a construção de soluções territorializadas. Muitas vezes, os limites encontrados, como a baixa participação, os conflitos internos ou a fragilidade organizativa, revelaram mais sobre a realidade social do que qualquer diagnóstico previamente elaborado.

Ao mesmo tempo, as Vivências Universidade possibilitaram momentos de sistematização, reflexão crítica e elaboração coletiva das experiências vividas no território. Esse processo fortaleceu a compreensão da extensão como prática que se constrói no vaivém entre ação e reflexão, permitindo transformar vivências em aprendizado e aprendizado em posicionamento político. A alternância, nesse sentido, funcionou como um laboratório formativo permanente para o exercício da extensão rural agroecológica.

Assim, a alternância não apenas estruturou a trajetória acadêmica, mas contribuiu diretamente para a formação de uma identidade profissional orientada pela mediação entre universidade, políticas públicas e comunidades. Foi nesse movimento contínuo entre VU e VRC que a extensão rural deixou de ser apenas uma dimensão do curso e passou a se constituir como prática central da formação, articulando saberes, sujeitos e territórios de forma crítica e comprometida com a transformação social.

2.5 ENTRE A PRÁTICA TERRITORIAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A noção de território constitui elemento central para compreender os processos de desenvolvimento rural e a própria atuação da extensão agroecológica. Diferentemente de uma leitura restrita ao espaço geográfico, o território pode ser entendido como uma construção social, histórica e política, resultante das relações de poder, das formas de uso da terra, das identidades culturais e das estratégias coletivas desenvolvidas pelos diferentes sujeitos que o habitam. Nessa perspectiva, o território não se reduz a uma delimitação espacial, mas corresponde a um espaço vivido, apropriado e disputado por atores sociais diversos, cujas práticas produtivas, organizativas e culturais produzem dinâmicas próprias de desenvolvimento (SANTOS, 2006; SAQUET, 2011). Essa compreensão permite reconhecer que os processos de intervenção no meio rural, incluindo a extensão rural, não ocorrem em espaços neutros, mas em contextos territoriais marcados por desigualdades históricas, conflitos de interesses e diferentes projetos de sociedade.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural ganhou maior relevância nas últimas décadas, especialmente a partir da formulação de políticas públicas que passaram a reconhecer os territórios como unidades de planejamento e intervenção. Nesse contexto, as chamadas políticas territoriais buscam articular diferentes atores sociais, instituições públicas e organizações da sociedade civil na construção de estratégias coletivas de desenvolvimento, considerando as especificidades econômicas, sociais e culturais de cada região (SCHNEIDER, 2004; DELGADO; LEITE, 2011). Entretanto, diversos estudos apontam que a implementação dessas políticas enfrenta desafios relacionados à fragmentação institucional, à baixa

participação social e às dificuldades de articulação entre as diferentes escalas de governança, o que muitas vezes limita seu potencial transformador nos territórios.

No campo da extensão rural, essa perspectiva territorial também provocou importantes deslocamentos conceituais. A atuação extensionista deixou de ser compreendida apenas como transferência de tecnologias para os agricultores e passou a ser reconhecida como um processo de mediação social, educativa e institucional, no qual o extensionista atua articulando saberes, políticas públicas e dinâmicas organizativas locais. Conforme destacam Caporal e Costabeber (2004), a extensão rural orientada pelos princípios da Agroecologia exige metodologias participativas e processos formativos capazes de fortalecer a organização social, a autonomia dos agricultores e a construção coletiva de alternativas de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, a extensão agroecológica assume papel estratégico na organização dos territórios, contribuindo para a articulação entre produção, cultura, identidade e participação política.

Essa perspectiva dialoga diretamente com abordagens metodológicas participativas desenvolvidas no campo do desenvolvimento rural, como o Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRRP). Mais do que um conjunto de ferramentas técnicas de levantamento de informações, o DRRP propõe uma mudança na forma de produzir conhecimento sobre os territórios, colocando os sujeitos locais no centro do processo de análise e planejamento. A participação deixa de ser apenas um procedimento metodológico e passa a ser compreendida como elemento fundamental para a construção de autonomia e fortalecimento do poder local. Ao reconhecer os agricultores como portadores de conhecimento sobre suas próprias realidades, essas metodologias contribuem para superar visões hierárquicas do saber e ampliar os processos de decisão coletiva nos territórios.

Essa compreensão encontra forte diálogo com o pensamento ~~de Paulo Freire~~freiriano, especialmente quando a extensão rural é entendida como prática educativa. Para Freire (1983), os processos de aprendizagem não podem ser reduzidos à transmissão de conteúdos técnicos, mas devem se constituir como experiências de diálogo, reflexão e ação coletiva sobre a realidade. A educação, nesse sentido, parte da valorização da cultura, da história e das experiências vividas pelos sujeitos, mobilizando as capacidades endógenas existentes nas comunidades. O conhecimento não é algo que se deposita nos indivíduos, mas algo que se constrói na interação entre diferentes saberes, a partir da leitura crítica do mundo e do território.

Ao aproximar essas reflexões da prática extensionista, torna-se evidente que a extensão rural agroecológica não se limita à difusão de técnicas produtivas, mas envolve processos de mobilização social, construção de autonomia e fortalecimento das capacidades locais de planejamento e organização. O diálogo com as comunidades, a escuta ativa e o reconheci-

to dos saberes locais tornam-se elementos centrais para a construção de estratégias de desenvolvimento que façam sentido para os sujeitos do território. Nesse processo, conhecer o território não significa apenas mapear recursos produtivos ou aspectos biofísicos, mas compreender as relações sociais, as formas de organização comunitária, as trajetórias históricas e os conflitos que estruturam a vida rural.

À medida que a trajetória formativa avançava e as experiências extensionistas se tornavam mais frequentes, emergiu com maior nitidez uma tensão central no campo da Agroecologia: a distância entre a prática territorial da extensão rural e sua institucionalização por meio de programas, projetos e políticas públicas. Essa distância manifesta-se no contraste entre a dinâmica concreta dos territórios, marcada por ritmos próprios, demandas emergentes e processos organizativos complexos, e os formatos institucionais muitas vezes padronizados, temporários e condicionados por exigências burocráticas. Enquanto a prática territorial pressupõe continuidade, construção de vínculos e acompanhamento prolongado das comunidades, a institucionalização tende a operar por meio de metas, prazos, indicadores e critérios técnicos que nem sempre dialogam com as especificidades locais.

As primeiras experiências extensionistas no território evidenciaram que a atuação junto às comunidades exige tempo, vínculo, escuta e confiança. Em determinados momentos, antes mesmo de discutir aspectos produtivos, foi necessário mediar conflitos internos em associações, reorganizar espaços de reunião e reconstruir canais de diálogo entre lideranças locais. No entanto, ao ingressar em ações institucionalizadas, mediadas por editais, cronogramas e metas previamente definidas, tornou-se evidente que o tempo das políticas públicas raramente coincide com o tempo das comunidades. Em uma das experiências, o cronograma previa a realização de oficinas técnicas em sequência acelerada, com metas quantitativas a serem comprovadas em relatórios. Contudo, o grupo ainda enfrentava baixa participação e divergências internas, o que exigia um trabalho prévio de fortalecimento organizativo.

Essa diferença de tempos revelou um dos principais desafios da extensão rural: a tendência à burocratização das relações e à padronização de metodologias, que muitas vezes desconsideram as especificidades sociais, culturais e políticas dos territórios. Em algumas situações, agricultores deixaram de acessar políticas de fomento por dificuldades relacionadas à documentação exigida, à necessidade de regularização cadastral ou ao desconhecimento dos procedimentos administrativos. Mesmo havendo recursos disponíveis, a ausência de acompanhamento continuado e de formação política dificultava a apropriação dessas políticas como instrumento de fortalecimento territorial.

Ao ter essa vivência, tornou-se necessário desconstruir qualquer leitura romantizada da atuação extensionista. A presença do Estado no território, por si só, não garante transformação social, assim como a execução técnica de projetos não assegura fortalecimento comunitário. Em diferentes momentos, a chegada de iniciativas institucionais gerou expectativa imediata de melhoria econômica; entretanto, sem processos organizativos consolidados, parte das ações perdeu continuidade após o encerramento formal dos projetos.

Esse percurso reafirma que a Agroecologia, quando assumida a partir da extensão rural, exige compromisso com os territórios e com os sujeitos do campo, reconhecendo que a transformação social não se produz por meio de soluções rápidas ou modelos prontos, mas através de processos lentos, coletivos e continuamente negociados. É nesse entre-lugar entre prática territorial, participação social e institucionalização das políticas públicas, que a formação extensionista se fortalece e a identidade profissional se consolida.

2.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO COMO SÍNTESE FORMATIVA E PRÁTICA EXTENSIONISTA

O Estágio Supervisionado Obrigatório constituiu-se como um momento de síntese da trajetória formativa vivenciada ao longo do Bacharelado em Agroecologia, reunindo aprendizagens construídas nas disciplinas, nas vivências territoriais, nas experiências extensionistas e na atuação institucional. Diferentemente de uma etapa final voltada apenas à aplicação de conhecimentos técnicos, o estágio configurou-se como espaço privilegiado de sistematização, aprofundamento crítico e consolidação da identidade profissional construída ao longo do curso.

A realização dos estágios junto à Organização da Sociedade Civil CrerSer, no âmbito do projeto Sementes da Gente, possibilitou articular, de forma concreta, os princípios da Agroecologia, da extensão rural e da educação popular. A atuação esteve diretamente vinculada à produção, ao beneficiamento e à comercialização de sementes crioulas, compreendidas não apenas como insumos agrícolas, mas como patrimônio genético, cultural e político dos povos do campo. Nesse contexto, o estágio assumiu caráter extensionista, educativo e territorializado, reafirmando a centralidade da mediação entre saberes, sujeitos e políticas públicas.

A divisão do estágio em dois momentos: ESO I e ESO II. E permitiu aprofundar diferentes dimensões do trabalho com sementes crioulas, respeitando os tempos do território e os processos coletivos envolvidos. Enquanto o primeiro momento esteve mais diretamente

associado à produção e ao acompanhamento das lavouras, o segundo concentrou-se nas etapas de beneficiamento, armazenamento, organização comunitária e inserção institucional da produção, evidenciando a complexidade do ciclo das sementes e dos processos sociais que o sustentam.

2.6.1 ESO I: PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS E ACOMPANHAMENTO TERRITORIAL

O Estágio Supervisionado Obrigatório I foi realizado no segundo semestre de 2025, no âmbito do projeto *Sementes da Gente*, desenvolvido pela organização CrerSer por meio de emenda parlamentar destinada pelo deputado estadual Doriel Barros. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a agricultura familiar no município de Jucati e fomentar processos de autonomia produtiva a partir da valorização e multiplicação de sementes crioulas na região do Agreste pernambucano. O projeto articula sociedade civil organizada, poder legislativo e instituições públicas de pesquisa e extensão rural, evidenciando um arranjo institucional voltado ao fortalecimento produtivo e organizativo das famílias agricultoras.

A atuação do estágio esteve voltada, prioritariamente, ao acompanhamento dos processos produtivos relacionados às sementes crioulas, com ênfase na produção de feijão na zona rural do município de Jucati, localizado na Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional de Pernambuco. Essa região apresenta forte tradição na produção de feijão e na pecuária leiteira, atividades que estruturam grande parte da economia local e das estratégias de reprodução social das famílias agricultoras. Do ponto de vista ambiental, trata-se de um território marcado por condições climáticas irregulares, com períodos de estiagem recorrentes, solos de fertilidade variável e predominância de pequenas propriedades conduzidas por agricultores familiares.

Nesse contexto, as sementes crioulas desempenham papel estratégico para a manutenção da produção agrícola. Essas sementes correspondem a variedades conservadas, selecionadas e reproduzidas pelas próprias famílias agricultoras ao longo de gerações, adaptadas às condições ecológicas e culturais dos territórios onde são cultivadas. Diferentemente das sementes comerciais padronizadas, as sementes crioulas carregam diversidade genética, maior capacidade de adaptação às condições locais e menor dependência de insumos externos, constituindo importante patrimônio biocultural da agricultura camponesa.

Durante o estágio, foram realizadas visitas técnicas sistemáticas às unidades produtivas participantes do projeto, envolvendo diálogo direto com agricultores e agricultoras guardiões de sementes, observação dos sistemas de cultivo e acompanhamento das etapas de plan-

tio, manejo e colheita. Esse processo permitiu identificar práticas locais de seleção massal, estratégias de manejo adaptadas às condições climáticas e formas tradicionais de armazenamento das sementes. Em muitas famílias, a conservação das sementes está associada a processos comunitários de troca e circulação, fortalecendo redes de solidariedade entre agricultores e contribuindo para a manutenção da diversidade genética das variedades cultivadas.

O município de Jucati possui também uma experiência relevante de organização comunitária voltada à conservação de sementes, expressa na existência de um Banco de Sementes municipal. Esses bancos funcionam como espaços coletivos de armazenamento, multiplicação e distribuição de sementes adaptadas às condições locais, contribuindo para ampliar o acesso das famílias agricultoras a material genético adequado para o plantio, especialmente em contextos de irregularidade climática. A experiência local dialoga com iniciativas mais amplas de fortalecimento das sementes crioulas no Semiárido brasileiro, como aquelas promovidas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que ao longo das últimas décadas tem apoiado a criação e o fortalecimento de bancos comunitários de sementes em diferentes territórios.

Outro elemento importante nesse contexto é a atuação da Rede Semeam (Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco), uma articulação regional vinculada a organizações da agricultura familiar e a iniciativas de base comunitária, voltada à valorização e circulação de sementes crioulas no Agreste e em outras regiões de Pernambuco. Outro elemento importante nesse contexto é a atuação da Rede Semeam, uma articulação regional voltada à valorização e circulação de sementes crioulas no Agreste e em outras regiões de Pernambuco. A rede reúne agricultores guardiões, organizações da sociedade civil e instituições de apoio técnico, promovendo intercâmbios de sementes, feiras, formações e processos de articulação política em defesa da agrobiodiversidade. A participação das famílias agricultoras em redes desse tipo amplia as possibilidades de circulação de variedades tradicionais e fortalece os processos coletivos de conservação da diversidade agrícola.

O acompanhamento realizado durante o estágio evidenciou que a produção de sementes crioulas não se restringe à dimensão técnica do cultivo, mas envolve processos culturais, organizativos e políticos profundamente enraizados na vida das comunidades rurais. Em diferentes momentos das visitas, agricultores destacavam que a manutenção dessas sementes representa uma forma de preservar variedades adaptadas ao território e reduzir a dependência de sementes comerciais. Como relatado por alguns agricultores participantes do projeto, as sementes crioulas representam não apenas um insumo produtivo, mas também parte da história das famílias e da identidade agrícola da região.

[HA5] Comentário: Escreva ates o que significa

Nesse sentido, a atuação extensionista no ESO I exigiu uma postura baseada na escuta, no diálogo e na mediação entre diferentes saberes. A presença constante no território possibilitou compreender os desafios enfrentados pelas famílias agricultoras, como as variações climáticas, as limitações de acesso a insumos básicos e as dificuldades de organização coletiva em alguns contextos. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente a capacidade das famílias de desenvolver estratégias adaptativas baseadas no conhecimento acumulado sobre o território e sobre os sistemas produtivos locais.

A experiência também revelou possibilidades de articulação entre a produção de sementes crioulas e políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade voltada à aquisição de sementes, conhecida como PAA Sementes, representam uma oportunidade importante para ampliar a valorização e a circulação das sementes crioulas produzidas pelas próprias comunidades. Iniciativas dessa natureza permitem que organizações sociais e associações de agricultores forneçam sementes adaptadas aos territórios para distribuição entre famílias agricultoras, fortalecendo simultaneamente a soberania produtiva e os circuitos locais de produção.

Nesse cenário, a atuação de organizações da sociedade civil, como a CrerSer, assume papel relevante ao articular processos de formação, acompanhamento técnico e fortalecimento organizativo das famílias agricultoras. O projeto *Sementes da Gente* busca justamente contribuir para a consolidação dessas iniciativas, apoiando agricultores guardiões de sementes, incentivando a multiplicação de variedades crioulas e fortalecendo redes locais de conservação da agrobiodiversidade. Ao acompanhar diretamente essas atividades, o estágio possibilitou compreender de forma mais aprofundada os desafios e as potencialidades presentes na construção de estratégias territoriais voltadas à soberania alimentar e à autonomia produtiva das famílias agricultoras.

Assim, o ESO I representou não apenas um espaço de aprendizagem técnica sobre produção de sementes, mas também um momento de inserção em processos sociais e organizativos mais amplos que estruturam a agricultura familiar no Agreste pernambucano. A experiência reafirmou que a conservação e multiplicação das sementes crioulas constituem elementos fundamentais para a construção de sistemas agrícolas mais resilientes, diversificados e alinhados aos princípios da agroecologia, ao mesmo tempo em que evidenciou o papel da extensão rural como mediadora de processos territoriais voltados ao fortalecimento da agricultura camponesa.

2.6.2 ESO II: BENEFICIAMENTO, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS

O Estágio Supervisionado Obrigatório II aprofundou a atuação extensionista ao concentrar-se nas etapas posteriores à produção, envolvendo o beneficiamento, o armazenamento e os processos de comercialização das sementes crioulas. Esse momento revelou a complexidade institucional, técnica e organizativa necessária para garantir a qualidade das sementes e sua circulação de forma legal, segura e coerente com os princípios da Agroecologia.

Enquanto o primeiro momento do estágio esteve voltado ao acompanhamento da produção nas unidades familiares, o ESO II permitiu compreender as etapas posteriores da cadeia das sementes, evidenciando que a consolidação de iniciativas de multiplicação de sementes crioulas depende não apenas da capacidade produtiva das famílias agricultoras, mas também da existência de estruturas organizativas e institucionais capazes de garantir a conservação, a certificação e a circulação desse material genético.

Entre as atividades desenvolvidas, destacaram-se o acompanhamento dos processos de limpeza e seleção das sementes, realizados de forma coletiva por meio de mutirões comunitários organizados entre as famílias participantes do projeto. Esses momentos envolveram a triagem manual das sementes, a retirada de impurezas e a seleção de grãos com melhor padrão de qualidade, etapas fundamentais para garantir a manutenção do potencial germinativo e a qualidade do material destinado à multiplicação e à distribuição.

Posteriormente, as sementes foram acondicionadas em bombonas plásticas apropriadas para armazenamento, permitindo melhor conservação da qualidade fisiológica do material e proteção contra umidade e pragas. O acompanhamento dessas etapas permitiu compreender a importância do manejo pós-colheita na manutenção da qualidade das sementes, aspecto frequentemente negligenciado quando a atenção se concentra apenas na fase produtiva.

Outro momento relevante do estágio foi a participação em ações de análise de germinação, realizadas em parceria com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Essas análises permitiram verificar a viabilidade das sementes produzidas pelas famílias agricultoras, garantindo maior segurança para sua utilização em novos plantios e para processos de comercialização ou distribuição institucional. A aproximação com o IPA também evidenciou a importância da articulação entre organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e agricultores para o fortalecimento de iniciativas voltadas à conservação e multiplicação de sementes crioulas.

Durante esse processo, tornou-se evidente o papel da mediação institucional no acesso às políticas públicas e nos processos de regularização da produção de sementes. A atuação ex-

tensionista envolveu o acompanhamento das exigências relacionadas ao Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASSEM), instrumento que regulamenta a produção e comercialização de sementes no Brasil. A necessidade de adequação a essas normas revelou os limites e as contradições existentes entre os marcos legais e as práticas tradicionais de troca, doação e circulação de sementes crioulas nos territórios rurais.

Historicamente, as sementes crioulas circulam entre agricultores por meio de redes comunitárias de troca, feiras de sementes e bancos comunitários, práticas que fortalecem a agrobiodiversidade e a autonomia produtiva das famílias. Entretanto, quando essas sementes passam a integrar programas institucionais ou processos formais de comercialização, surgem exigências burocráticas que muitas vezes dificultam a participação das organizações locais. Esse tensionamento evidenciou que a institucionalização, embora necessária em determinados contextos, pode se configurar como barreira quando não é acompanhada de processos formativos e de apoio técnico contínuo.

Nesse sentido, a atuação desenvolvida durante o estágio buscou contribuir para o fortalecimento organizativo das famílias agricultoras envolvidas no projeto. Foram realizadas atividades de acompanhamento coletivo, orientações técnicas sobre manejo e armazenamento de sementes e momentos de diálogo sobre as possibilidades de inserção das sementes crioulas em políticas públicas de abastecimento alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente em sua modalidade voltada à aquisição e distribuição de sementes.

Os grupos de agricultores atendidos apresentavam diferentes níveis de organização e experiência com a conservação de sementes crioulas. Algumas famílias já possuíam tradição na seleção e multiplicação de variedades locais, atuando como guardiões de sementes e participando de redes de troca entre comunidades. Outras estavam iniciando esse processo, motivadas pela possibilidade de fortalecer a autonomia produtiva e reduzir a dependência de sementes comerciais. Essa diversidade de trajetórias exigiu uma atuação extensionista sensível às diferentes realidades presentes no território.

Entre os avanços observados ao longo dos estágios, destacam-se o fortalecimento da organização coletiva em torno da produção e conservação de sementes, a ampliação do diálogo entre agricultores e instituições de apoio técnico e o reconhecimento crescente da importância das sementes crioulas para a soberania alimentar das comunidades. A realização de mutirões, encontros comunitários e atividades de formação contribuiu para ampliar a troca de conhecimentos entre os agricultores e fortalecer os vínculos entre as famílias participantes do projeto.

Ao mesmo tempo, persistem desafios importantes para a consolidação dessas iniciativas. Entre eles, destacam-se a necessidade de ampliar a organização territorial dos agricultores, fortalecer associações e cooperativas locais, garantir infraestrutura adequada para armazenamento e beneficiamento das sementes e ampliar o acesso a políticas públicas que reconheçam e valorizem a produção de sementes crioulas.

Nesse contexto, a organização territorial emerge como elemento central para o avanço das iniciativas relacionadas às sementes crioulas. A articulação entre agricultores, associações comunitárias, redes de sementes e organizações da sociedade civil pode ampliar a capacidade de incidência política das comunidades, fortalecer processos coletivos de conservação da agrobiodiversidade e ampliar as possibilidades de inserção das sementes crioulas em programas institucionais de abastecimento alimentar.

Do ponto de vista formativo, a experiência dos estágios possibilitou importantes reflexões sobre o papel do educador-agroecólogo e do extensionista rural. A atuação no território evidenciou que a extensão rural agroecológica exige muito mais do que domínio técnico sobre os sistemas produtivos. Ela demanda capacidade de escuta, sensibilidade para compreender as dinâmicas sociais das comunidades, habilidade para mediar conflitos e compromisso com processos educativos baseados no diálogo e na valorização dos saberes locais.

Ao longo do estágio, tornou-se cada vez mais evidente que o trabalho extensionista se constrói na interação permanente entre diferentes formas de conhecimento. Os agricultores possuem saberes profundamente enraizados em sua experiência cotidiana com o território, enquanto as instituições de pesquisa e extensão oferecem instrumentos técnicos e metodológicos que podem contribuir para qualificar os processos produtivos. A mediação entre esses saberes constitui uma das tarefas centrais da extensão rural orientada pelos princípios da Agroecologia.

A experiência também provocou novas reflexões sobre os limites e possibilidades da atuação extensionista. Em diversos momentos, tornou-se claro que a transformação dos sistemas agroalimentares depende de processos coletivos de longo prazo, que envolvem organização social, formação política e fortalecimento das redes territoriais de agricultores. Nesse sentido, o trabalho com sementes crioulas revelou-se não apenas uma estratégia produtiva, mas também uma prática política de defesa da agrobiodiversidade e de afirmação da autonomia camponesa.

Assim, o Estágio Supervisionado Obrigatório, em seus dois momentos, configurou-se como um espaço de síntese formativa, articulando produção agrícola, organização social, mediação institucional e educação popular. A experiência reafirmou a extensão rural agroecoló-

gica como eixo estruturante da formação em Agroecologia e contribuiu para consolidar uma identidade profissional comprometida com o trabalho de base, com a soberania das comunidades rurais e com a construção de sistemas agroalimentares mais justos, diversos e territorialmente enraizados.

CONCLUSÃO

A escrita deste memorial permitiu revisitar o percurso formativo vivido ao longo do curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, retomando as questões que orientaram seu início: de que maneira a formação universitária se articula com os territórios rurais, qual o papel da extensão na construção do conhecimento agroecológico e que tipo de profissional emerge de uma formação fundamentada na alternância entre universidade e realidade do campo. Ao revisitar experiências, práticas extensionistas e processos formativos, torna-se evidente que a construção da Agroecologia, mais do que um campo técnico ou disciplinar, se constituiu como um processo social de aprendizagem, marcado pelo diálogo entre saberes, pela convivência com os territórios e pela mediação entre diferentes sujeitos e racionalidades.

Nesse percurso, o regime de alternância desempenhou papel fundamental ao romper com a separação tradicional entre teoria e prática que historicamente marcou a formação agrária. As Vivências Universidade e as Vivências da Realidade do Campo possibilitaram compreender os agroecossistemas não apenas como unidades produtivas, mas como sistemas vivos e socialmente produzidos, nos quais se articulam dimensões ecológicas, culturais, econômicas e políticas. Ao aproximar o processo formativo das realidades concretas do campo, a alternância permitiu deslocar a centralidade da técnica para uma compreensão mais ampla das dinâmicas territoriais, evidenciando que a Agroecologia se constrói na interação entre natureza, trabalho, cultura e organização social.

As experiências extensionistas desenvolvidas ao longo da formação também revelaram a extensão rural como um espaço privilegiado de construção do conhecimento agroecológico. Longe de se limitar à transferência de tecnologias, a extensão se apresentou como prática de mediação entre universidade, comunidades e políticas públicas, exigindo sensibilidade para compreender os tempos sociais dos territórios, as formas locais de organização e os saberes

historicamente construídos pelos sujeitos do campo. Nesse processo, tornou-se evidente que muitas das dificuldades enfrentadas pelas comunidades no acesso a políticas públicas não decorrem apenas de entraves burocráticos, mas da ausência de processos permanentes de formação, informação e acompanhamento que possibilitem transformar direitos formais em possibilidades concretas.

A atuação em iniciativas de extensão, projetos institucionais e processos de organização comunitária também evidenciou os limites e contradições presentes na relação entre Estado e territórios rurais. Ao mesmo tempo em que políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar representam importantes conquistas sociais, sua efetivação depende frequentemente de processos de mediação institucional que aproximem essas políticas das realidades locais. Nesse contexto, a figura do extensionista agroecólogo se consolida como sujeito que atua entre diferentes esferas sociais, articulando conhecimentos técnicos, saberes populares e instrumentos institucionais na construção de soluções territorializadas.

Dessa forma, a trajetória apresentada neste memorial contribuiu para a construção de uma identidade profissional que ultrapassa a ideia do agroecólogo como especialista em técnicas de produção sustentável. A formação vivida ao longo do curso revelou que atuar em Agroecologia implica assumir também o papel de educador popular, mediador social e articulador de processos coletivos de transformação territorial. Trata-se de um profissional comprometido não apenas com a sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas, mas também com o fortalecimento da autonomia das comunidades rurais, com a valorização de seus saberes e com a construção de alternativas de desenvolvimento rural socialmente justas.

Ao final deste percurso, reafirma-se que a Agroecologia que orienta esta trajetória não se limita ao campo produtivo, mas se enraíza nas relações sociais, nas formas de organização comunitária e nas lutas históricas dos povos do campo. Assim, a continuidade da caminhada formativa e profissional se projeta no compromisso com o trabalho de base, com a construção coletiva do conhecimento e com o fortalecimento de iniciativas territoriais que ampliem a soberania alimentar, a justiça social e a sustentabilidade dos sistemas de produção.

Mais do que representar um ponto de chegada, este memorial constitui um momento de síntese de um processo formativo que permanece em movimento. A Agroecologia, compreendida como prática científica, social e política, continua sendo construída no diálogo permanente com os territórios, com os sujeitos que os habitam e com os desafios contemporâneos relacionados à produção de alimentos, à conservação da natureza e à construção de modelos de desenvolvimento capazes de conciliar dignidade social e equilíbrio ecológico.

REFERÊNCIAS

[HA6] Comentário: Colocar em ordem alfabética e acrescentar o que ainda não tem reveja no seu texto

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. Extensão rural e agroecologia. Brasília: MDA, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a pedagogia da alternância. Petrópolis: Vozes, 2007.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. *Educação do campo*. Brasília: INEP, 2012.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecología y desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SOUSA, Diego Neves de; PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. *A política brasileira de extensão rural na opinião de mediadores e suas contribuições para a inclusão produtiva de agricultores familiares*. *Estudios Rurales*, v. 12, n. 26, 2022. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/181/1813455014/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecología y desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Extensão rural e agroecologia*. Brasília: MDA, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: MDA, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzáles. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIMONET, Jean-Claude. *Praticar e compreender a pedagogia da alternância*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. *Educação do campo*. Brasília: INEP, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO ACADÊMICA – BACHARELADO EM AGROECOLOGIA (UFRPE)

Este apêndice apresenta a sistematização cronológica da trajetória acadêmica desenvolvida ao longo do Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Seu objetivo é complementar o memorial acadêmico, organizando os principais marcos formativos, componentes curriculares, imersões, ações de extensão e estágios supervisionados que estruturaram o percurso de formação.

2021

Conclusão do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Barreiros.

- Consolidação da formação técnica em agropecuária.
- Definição da Agroecologia como campo de continuidade formativa.

2021.2

Ingresso no Bacharelado em Agroecologia – UFRPE

- Início da formação em regime de alternância, articulando:
 - Vivências Universidade (VU);
 - Vivências da Realidade do Campo (VRC).

2022 – 1º Período

Componente Curricular: Conhecer o Etnoagroecossistema

- Introdução à leitura territorial.
- Mapeamento de experiências agroecológicas, associações, territórios tradicionais e políticas públicas relacionadas ao campo.

2022 – 2º Período

Componente Curricular: Diagnosticar o Etnoagroecossistema

- Abordagem das relações étnico-raciais, território e história.
- Análise crítica das dimensões socioculturais dos agroecossistemas.

2023 – 3º Período

Componente Curricular: Planejamento do Etnoagroecossistema

- Estudo dos sistemas de manejo animal, com ênfase no bem-estar animal e na sustentabilidade.
- Elaboração de planejamento participativo de agroecossistemas.

Imersão no Sertão do Pajeú (PE):

- Estudo da agrobiodiversidade e dos consórcios agrícolas.
- Análise de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido (P1MC e P1+2).
- Discussão sobre políticas públicas e protagonismo feminino nos sistemas produtivos.

2023.1 – 4º Período

- Imersão formativa com famílias do Movimento Camponês Popular (MCP).
- Participação no X Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas (SENASEC):
 - Debates sobre sementes crioulas, soberania alimentar, juventude camponesa e organização social;
 - Integração com feira agroecológica e atividades culturais.

2024 – 5º Período

Ações de Extensão Universitária:

- Projeto “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade” (BEXT 2023);
- Atuação junto à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP/UFRPE);
- Inserção na Ecofeira da UFRPE.

Temáticas aprofundadas:

- Economia Popular e Solidária;
- Circuitos Curtos de Comercialização;
- Feiras agroecológicas e autogestão.

2024 – 6º Período

Componente Curricular: Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema

Imersão na Região Metropolitana do Recife:

- Vivência em horta agroecológica urbana;
- Realização de mutirões, manejo de solo, compostagem e organização comunitária.

Ênfase em:

- Agroecologia urbana;
- Economia solidária;
- Feminismo popular;
- Saberes tradicionais e plantas medicinais.

2025 – 7º Período

Componente Curricular: Avaliação e Sistematização no Etnoagroecossistema

Imersão no Agreste Pernambucano:

- Visitas técnicas a centros de formação, territórios quilombolas e espaços da cultura popular.

Abordagens centrais:

- Sustentabilidade multidimensional;
- Cultura popular como componente do etnoagroecossistema;
- Sistematização de experiências como método pedagógico.

Produções coletivas:

- Folder educativo sobre as imersões;

- Cartilha pedagógica de sistematização dos estágios.

2025 – 8º Período

Componente Curricular: Sistematização no Etnoagroecossistema

Disciplina Optativa: Feminismo

Temáticas abordadas:

- Economia feminista;
- Trabalho produtivo e reprodutivo;
- Ecofeminismo;
- Interseccionalidade;
- Feminismo negro.

Atividades complementares:

- Culminância do período;
- Participação no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA).

2025.1

Estágio Supervisionado Obrigatório I (ESO I)

- Atuação em territórios urbanos da Região Metropolitana do Recife;
- Ênfase em agroecologia urbana, economia solidária, organização coletiva, produção e comercialização agroecológica.

2025–2026

Estágio Supervisionado Obrigatório II (ESO II)

- Aprofundamento em sistematização de experiências, autogestão, geração de renda e processos formativos territoriais;
- Revisão e consolidação do memorial acadêmico.

Março de 2026

Conclusão do Curso de Bacharelado em Agroecologia – UFRPE

- Sistematização final da trajetória formativa, integrando ensino, extensão, imersões e estágios supervisionados.

APÊNDICE B – FOTOS E REGISTROS ATIVIDADES

Figura 1 – Processo de secagem de sementes



Fonte: Autor (2025)

Figura 2 – Atividade de Campo – Sementes da Gente



Fonte: Autor (2025)

Figura 3 – Assentamento Ximenes – Barreiros/PE



Fonte: Autor (2025)

Figura 4 – Mapa Assentamento



Fonte: Autor (2016)

Figura 5 – Estágio Técnico em Agropecuária



Fonte: Autor (2021)